

Interesses mercadológicos e o “novo” ensino médio

Marketing interests and the "new" high school

Alexsandro Rúdio Broetto¹ Laudinéia Maria Neves Dias Rúdio²

GONÇALVES, Suzane da Rocha Vieira. **Interesses mercadológicos** e o “novo” ensino médio. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 131-145, jan./jun. 2017. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>.

O texto de Suzane da Rocha discute sobre os Interesses mercadológicos e o “novo” Ensino Médio. São quinze páginas de texto, com resumo em língua portuguesa, inglesa e espanhola, introdução, desenvolvimento e considerações finais.

O artigo traz algumas problematizações acerca do “novo” ensino médio, implementado no Brasil a partir da aprovação da Lei n. 13.415, em fevereiro de 2017, em correlação com interesses mercadológicos e interlocução do governo brasileiro com o empresariado e seu explícito interesse na preparação de mão de obra.

Discute sobre a importância do ensino médio como última etapa da educação básica e seu papel social, político e cultural para a vida dos estudantes, questionando a postura e os encaminhamentos do atual governo.

A obra fala sobre as problematizações acerca da reforma do Ensino Médio resultante de análises de pesquisas realizadas nos últimos anos acerca das políticas educacionais, bem como de debates de atividades acadêmico--científicas sobre as políticas públicas para educação básica (EB).

Dentre algumas iniciativas no âmbito das políticas públicas voltadas ao EM, o texto dá ênfase a criação do Programa Ensino Médio Inovador pelo Ministério da Educação em, 2009, cuja intenção foi de apoiar propostas curriculares que apresentassem novos desenhos e de enfatizar metodologias criativas e interdisciplinares.

¹ Mestre pela Faculdade UNIDA (2017) de Vitória, graduado em DIREITO pela Universidade Vila Velha (2012). atuando como advogado cível, eleitoral e criminal. Professor de Direito, História, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia e de Ciências da Religião. Email: rudioadv@gmail.com.

² Graduada em Enfermagem - Especialista em PSF, Licenciada em Biologia e Física via Complementação Pedagógica, Especialização em atenção básica em Saúde da Família (UFMG) MESTRE em Ciências da Educação. Email: laudineia_dias@yahoo.com.br.

Aborda sobre o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio^{2m} elaborado em 2013 pelo Ministério da Educação, por meio do qual o MEC e as secretarias estaduais e distrital de educação assumem o compromisso com a formação continuada de professores e coordenadores pedagógicos, objetivando melhorar a qualidade do Ensino Médio.

Discute sobre a reforma do Ensino Médio em curso, proposta apresentada em 22 de setembro de 2016 pelo presidente Michel Temer, o qual propôs mudanças significativas na Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei que regulamenta o FUNDEB.

Destaca que a Lei 13.415/2017 resultou da Medida Provisória 746/2016, e seu texto apresenta poucas mudanças em relação à proposição inicial. As diferenças de conteúdo entre os dois documentos foi resultado da forte pressão que o Congresso Nacional sofreu após a divulgação da MP.

Dentre as mudanças, pode-se destacar a carga horária: deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

A Reforma também impõe alterações na organização curricular do ensino médio, a partir da Lei n. 13.415/2016, e o artigo 36 da LDB passa a ter nova redação, que estabelece que o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos.

Sob a ótica de Suzane da Rocha (2017) o novo Ensino Médio nega o direito a uma educação básica comum para todos os estudantes. Ao retomar o modelo curricular dividido por opções formativas, ela entende que houve retrocesso, pois esta forma de organização já foi vivenciada no período da ditadura militar e fortemente criticado.

Com relação aos interesses mercadológicos no Ensino Médio, fala sobre a influência do modo de produção nas políticas sociais e educacionais, que não é uma questão atual. Entende que o capitalismo, a cada crise, procura se reinventar para garantir sua manutenção e para isso são implementadas reformas em diferentes esferas da sociedade.

Assim, na atual conjuntura política, as pessoas vivem sob a lógica neoliberal, na qual os serviços públicos e as políticas sociais tornam-se oportunidades de negócio. Assim, a lógica do mercado se insere no campo da educação para que possa funcionar à sua semelhança.

Nas considerações finais, a autora ressalta que não discorda da necessidade de se repensar o ensino médio no Brasil, entretanto, não podemos ignorar que parte das deficiências nessa etapa da educação básica resultam.

Acrescenta que os principais defensores da Reforma do Ensino Médio, são os grupos de empresários, que têm seus interesses contemplados na proposta do governo. A nova organização não esconde sua intencionalidade na preparação de mão de obra, buscando aumentar a produtividade dos trabalhadores no Brasil, priorizando a preparação técnica.

Em suma, trata-se de um texto bastante enriquecedor, com referência a documentos do Ministério da Educação e a teorias atualizadas acerca da Educação brasileira, em especial, do Ensino Médio e suas mudanças.